

QUEBRANDO QUESTÕES

DIREITO PROCESSUAL PENAL

SIMULADO 12

*Quebrando
Questões*

(Instituto AOCPC/PC-ES/2019)

01) O juiz poderá fundamentar sua decisão em elementos informativos colhidos na investigação, desde que a decisão tenha espeque em apenas provas cautelares, não repetíveis.

Comentário:

CPP. Art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

Parágrafo único. Somente quanto ao estado das pessoas serão observadas as restrições estabelecidas na lei civil.

Sistemas de Avaliação das Provas	
Sistema do Livre Convencimento Motivado ou Persuasão Racional	Juiz, fundamentadamente, atribui o valor que entender mais conveniente para cada prova, não estando vinculado a conferir determinado peso a certo tipo de prova. Regra.
Sistema da prova tarifada	Estabelece, diretamente pela lei, determinados pesos que cada prova possui. O Juiz faz a comparação dos pesos das provas a favor e das provas em sentido contrário. Brasil adota em casos excepcionais. (Art. 62, Art. 92, Art. 155. P.único, Art. 158, Art. 232. P.único, CPP)
Sistema da Íntima Convicção	Estabelece que não existe necessidade de fundamentação por parte do julgador, sendo decidido da maneira que a sua sensação de justiça indicar. Brasil adota em casos excepcionais (Tribunal do Júri).

Gabarito: Errado.

(Instituto AOCPC/PC-ES/2019)

02) Em se tratando de decisão impugnável por meio de apelação e de recurso em sentido estrito, poderá ser interposto(a) apelação ou recurso em sentido estrito à luz do princípio da fungibilidade recursal.

Comentário:

CPP. Art. 593. § 4º Quando cabível a apelação, não poderá ser usado o recurso em sentido estrito, ainda que somente de parte da decisão se recorra.

Gabarito: Errado.

(Instituto AOCPC/PC-ES/2019)

03) Sobre as medidas cautelares diversas da prisão, o comparecimento periódico em juízo tem como objetivo que o acusado ou investigado informe e justifique ao juiz as suas atividades.

Comentário:

CPP/41. Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão:

I - comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades;

Gabarito: Correto.

(Instituto AOCPC/PC-ES/2019)

04) Dar-se-á a formação completa do processo quando oferecida a denúncia.

Comentário:

CPP/41. Art. 363. - O processo terá completada a sua formação quando realizada a citação do acusado.

Gabarito: Errado.

(Instituto AOCPC/PC-ES/2019)

05) Determinará a competência jurisdicional o domicílio ou residência do ofendido.

Comentário:

CPP/41. Art. 69. Determinará a competência jurisdicional:

I - o lugar da infração;

II - o domicílio ou residência do réu;

III - a natureza da infração;

IV - a distribuição;

V - a conexão ou continência;

VI - a prevenção;

VII - a prerrogativa de função.

Gabarito: Errado.

(Instituto AOCP/PC-ES/2019)

06) O exame de corpo de delito deverá ser feito em dia e hora previamente agendados pela autoridade policial, respeitados os prazos de conclusão do inquérito policial.

Comentário:

CPP/41. Art. 161. O exame de corpo de delito poderá ser feito em **qualquer dia** e a **qualquer hora**.

Gabarito: Errado.

(Instituto AOCP/PC-ES/2019)

07) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado.

Comentário:

CPP/41. Art. 171. Nos **crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo** a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os **peritos**, além de **descrever os vestígios**, **indicarão** com que **instrumentos**, por que **meios** e em que **época presumem** ter sido o **fato praticado**.

Gabarito: Correto.

(CESPE/PC-GO/2017)

08) Segundo entendimento expandido pelo STF, a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados constitui violação das garantias do juiz natural e da ampla defesa.

Comentário:

Súmula 704 do STF: "Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados".

Gabarito: Errado.

(CESPE/PC-GO/2017)

09) O princípio da extraterritorialidade adotado pelo direito processual penal brasileiro não ofende a soberania de outros Estados, já que os ordenamentos jurídicos de todas as nações convergem para o combate às condutas delitivas.

Comentário:

O processo penal brasileiro adota o princípio da territorialidade. A extraterritorialidade é matéria do Direito Penal (art.7º,CP).

Gabarito: Errado.

(CESPE/PC-GO/2017)

10) Caberá recurso especial contra a decisão da turma recursal dos juizados especiais criminais que negue provimento a recurso interposto contra sentença penal condenatória, caso seja demonstrada ofensa a dispositivo de norma infraconstitucional.

Comentário:

Súmula 203-STJ: " Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais."

Gabarito: Errado.
